

O LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nylcemar Berthi Emerick de Oliveira¹
Patrícia S. Bagot de Almeida²

RESUMO: O presente artigo tem como escopo analisar o letramento no contexto da Educação Infantil, buscando compreender em que cenário surgiu o letramento, a definição dessa prática, os modelos de letramento existentes, a identificação e análise dos gêneros e modalidades utilizados, bem como as metodologias para associar o letramento à leitura e a interpretação de texto. Para tal foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, desenvolvida através de revisão bibliográfica a partir de obras publicadas buscando compreender o que a literatura aponta sobre o objeto de estudo dos autores Angela Kleiman, Magda Soares, Marlene Carvalho e Roxane Rojo. Deste modo, demonstraremos as multiformas do letramento na educação infantil e o quão essencial é na prática pedagógica um ambiente letrado para a inserção das crianças no mundo atual.

Palavras-Chave: Letramento; Educação Infantil; Aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pesquisar o letramento é um grande desafio, uma vez que esse conceito é relativamente novo no Brasil e, portanto, novo o processo de ensino-aprendizagem. No contexto da Educação Infantil, a sua prática é de suma importância, pois visa o cumprimento do que está previsto nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) que consiste em: “contribuir para o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade” (1998, p. 11), assim como reforça a “necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola” (Base Nacional Comum Curricular – BNCC, 2018, p. 38).

Com os avanços da sociedade moderna, pesquisadores perceberam que apesar do aumento nos índices de pessoas alfabetizadas na população brasileira, essa não fazia o uso e prática social da leitura e escrita (SOARES, 2009), sendo esses de suma importância para a inclusão real e efetiva de uma parcela da população na sociedade, podendo colocá-las em posição igualitária aos demais (KLEIMAN, 1995).

A mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9.394/96 estabeleceu o atendimento educacional de crianças de

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia no Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica

² Profa. Dra. do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica. Orientadora de Pesquisa.

zero a seis anos de idade. É direito da criança e dever do Estado, sendo, portanto, a Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica que tem por objetivo, através dos seus componentes curriculares, intenções educativas que propiciem “[...] o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social” (RCNEI, 1998, p. 47), sendo também:

o início e o fundamento do processo educacional. [...] na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada (BNCC, 2018, p. 36).

Analisando os cenários nacionais, que à primeira vista podem parecer distintos, é possível relacioná-los a partir do processo de ensino-aprendizagem do indivíduo, iniciado na etapa da Educação Infantil, cuja alfabetização não intencional acontece de forma natural e espontânea. Neste sentido, o letramento deve estar integrado nas ações diárias norteadas pelos eixos estruturantes das práticas pedagógicas das interações e brincadeiras, garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. Para isto, o aprendizado deve contemplar a utilização das diferentes linguagens, a ampliação e diversificação do acesso a produções culturais em suas diversas modalidades, tais como as artes, a escrita, ciência e a tecnologia, entre outros direitos garantidos (BNCC, 2018, p. 37-38), obtendo como resultado final, crianças que poderão ler, escrever e fazer o uso e a prática social dessas tecnologias nessa etapa da educação ou ao final da etapa de alfabetização, como esperado.

Considerando esse processo novo na educação, levantam-se questionamentos quanto à forma como ele acontece nesse contexto e, é partindo desse questionamento que este estudo busca diferenciar o sujeito que é apenas alfabetizado do que também é letrado, assim como também analisa e compreende o letramento no cotidiano da Educação Infantil.

Diante disso, dividiremos este artigo em três tópicos. No primeiro, trataremos o surgimento do letramento e o conceito da palavra, compreendendo qual a necessidade de uma nova palavra, qual o significado atribuído a ela e sua relação com o cenário educacional brasileiro. No segundo tópico, abordaremos os modelos de letramento existentes com a ideologia de cada um deles, e no último tópico, demonstraremos quais os gêneros, as modalidades e as metodologias

utilizadas para associação do letramento à leitura e a interpretação de textos, a fim de corroborar com a compreensão da importância do ambiente alfabetizador para a inserção das crianças de Educação Infantil no mundo da atualidade.

1. O surgimento do letramento e o conceito da palavra

O surgimento de uma nova palavra ou um novo sentido para uma já existente dá-se pela necessidade de definição de novos fatos. A palavra letramento é do mesmo campo semântico que muitas outras já conhecidas há mais tempo como analfabetismo, alfabetizar, entre outras. Magda Soares (2009) afirma que não há definição para o termo letramento no dicionário Aurélio, mas ela consta no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, na 3ª edição brasileira, dicionário que foi editado há mais de um século. Nesse, a palavra é caracterizada como antiga, antiquada, e sua definição é de “escrita”, remetendo ao verbo “letrar” que tem significado distante do que é atribuído atualmente a palavra letramento.

O significado da palavra letramento que temos atualmente advém da palavra de língua inglesa *literacy*, que vem do latim *littera* (letra), com sufixo –cy, que tem sentido de qualidade ou condição, ou seja, segundo o *Webster’s Dictionary*, letrado é aquele que assume a condição de ser educado, capaz de ler e escrever.

Juntamente com o conceito definido de letramento há, portanto, a definição do sujeito letrado, compreendendo que aquele que se encontra nessa condição não apenas lê e escreve, mas também compreende de aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos, ou seja, tem uma leitura de mundo, assim como define a autora:

É esse, pois, o sentido que tem letramento, palavra que criamos traduzindo “ao pé da letra” o inglês *literacy* [...] Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (SOARES, 2009, p. 18).

Soares (2009) ressalta que o termo analfabetismo é muito utilizado, no entanto, o que tem sentido contrário a ele não é (alfabetismo), assim como o

analfabeto é muito recorrente ao uso, mas não há palavra que expresse sentido contrário a esse, visto que a palavra alfabetizado refere-se àquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que se apropriou da leitura e da escrita juntamente com as práticas sociais que acompanham o ato.

Durante muito tempo esse termo era o mais utilizado por ser um problema do contexto que se vivia, porém, com as mudanças ocorridas na sociedade o “estado ou condição de quem sabe ler e escrever, isto é, o estado ou condição de quem responde adequadamente às intensas demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita” (idem, 2009, p. 20), tornou-se um fenômeno da realidade, necessitando de uma palavra para esse significado, surgindo então a palavra letramento. Da mesma forma aconteceu na língua inglesa na qual a palavra *illiteracy* surgiu em 1660 no *Oxford English Dictionary*, enquanto a palavra *literacy* só apareceu no final do século XIX.

No Brasil um dos motivos para o aparecimento da palavra letramento juntamente com a palavra alfabetização, deu-se pela mudança do critério do Censo para a verificação do número de analfabetos no país:

[...] durante muito tempo, considerava-se analfabeto o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome; nas últimas décadas, é a resposta à pergunta “sabe ler e escrever um bilhete simples?” que define se o indivíduo é analfabeto ou alfabetizado (idem, 2009, p. 21).

Portanto, no Brasil, para ser considerado alfabetizado atualmente, o indivíduo precisa estar apto para uma simples prática social (ler e escrever um bilhete), sendo esse um primeiro passo para se avaliar o nível de letramento da população brasileira, ação que já é feita em países desenvolvidos nos quais a escolaridade obrigatória é efetiva na prática. Pressupõe-se que toda a população domina a “tecnologia” da leitura e escrita, partindo do princípio que em 4 ou 5 anos de institucionalização o sujeito, para além dessas tecnologias, apropriou-se também da capacidade de leitura e escrita das práticas sociais. Pesquisas realizadas no Brasil, ao contrário das realizadas por países desenvolvidos, remetem apenas ao analfabetismo, que é a realidade do país e não a falta de letramento.

Magda Soares (2009) afirma que um indivíduo pode ser letrado a partir do momento que esse, mesmo não sabendo ler ou escrever, é capaz de envolver-se em práticas do uso social da leitura e escrita, como por exemplo, ditar uma

carta para que uma pessoa alfabetizada a escreva utilizando, portanto de um vocabulário e estrutura própria da língua escrita, ou uma criança que ainda não foi alfabetizada, mas ao pegar um livro folheia e finge que lê, demonstrando que percebe o uso e função da escrita. Ao diferenciar alfabetização de letramento compreendemos também que no início do processo ensino-aprendizagem é preciso que o profissional da educação tenha consciência dessa diferença e qual a relação de cada uma delas com a vida social do indivíduo, ou seja, como cada uma delas é importante para o seu uso diário.

Soares (2009) afirma que através da mudança de estado/condição o sujeito antes analfabeto ou iletrado já não é o mesmo socialmente e culturalmente, ele muda o seu lugar na sociedade, afetando todas as relações estabelecidas por ele enquanto vivente, pois o letramento influencia o cognitivo do indivíduo, uma vez que, através da nova leitura de mundo, passa também a pensar de forma diferente. As mudanças com o sujeito letrado também ocorrem na língua oral, a partir do momento que há uso da leitura e escrita, ele começa a falar de forma diferente, nas estruturas linguísticas e no vocabulário.

Ainda que haja diferença nas ações de letrar e alfabetizar, elas não são inseparáveis, muito pelo contrário, deveria se alfabetizar letrando, assim como, Magda Soares (2009) explica, “ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”, de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. Sobre essa prática compreende-se a intencionalidade pedagógica expressa na BNCC para a Educação Infantil que afirma ser:

na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitem às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (2018, p. 39).

Em países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Inglaterra, o número de pessoas analfabetas é próximo à zero, visto que a escolaridade básica obrigatória é realmente cumprida, sendo nesses países a duração maior que a do nosso ensino fundamental, chegando até 11 anos. No entanto, a mídia brasileira erroneamente traduz a palavra *illiteracy* (no inglês) e *illettrisme* (francês), que se referem aos níveis de letramento, por analfabetismo. A preocupação desses

países é com a dificuldade que há na população para o uso e prática social da leitura e escrita. No Brasil, as pesquisas para avaliar o nível de letramento entre jovens e adultos são poucas e consideram como alfabetizados os indivíduos que tenham completado no mínimo o 4º ano do ensino fundamental, pressupondo que são necessários quatro anos para apropriarem-se da leitura e escrita e seus usos sociais.

Ao inserir a palavra letramento no vocabulário educacional, afirma-se o problema dos baixos níveis de letramento e com isso compreende-se também que esse problema está relacionado com as condições socioculturais e econômicas da população. Portanto, é necessário que haja condições para o letramento, sendo elas a escolarização real e efetiva da população e a disponibilidade de material de leitura.

Considerando as condições socioculturais e econômicas dos indivíduos, devemos, portanto, nos perguntar sobre os modelos de letramento existentes. Qual a abordagem de cada um deles? O que há como resultados?

2. Modelos de letramento

Antes de abordar a questão dos gêneros, modalidades e metodologias do letramento, faz-se necessário elucidarmos os modelos existentes, a fim de compreender por que tais gêneros e modalidades são utilizados no ambiente alfabetizador. Para a autora Ângela Kleiman (1995) existem dois modelos de letramento, sendo eles o modelo autônomo e o modelo ideológico. Para efeito didático, explicaremos os modelos representados em tópico a) e tópico b).

a) O modelo autônomo

O modelo autônomo de letramento tem por característica a palavra “autonomia” que, neste caso, dá o sentido de a escrita ser autossuficiente para a sua interpretação, o que é característico da oralidade e nela o interlocutor influencia a mensagem durante a sua interpretação. Nesse modelo de letramento há uma correlação existente entre a aquisição da escrita e o desenvolvimento cognitivo, fortalecendo a dicotomia entre a oralidade e escrita. Através de pesquisas realizadas, compreendeu-se nesse modelo que a habilidade

desenvolvida depende da prática social que é feita da escrita, portanto, para o modelo autônomo, o desenvolvimento das habilidades cognitivas atribuído à escrita é resultado da escolarização assim como afirma Kleiman:

A maior capacidade para verbalizar o conhecimento e os processos envolvidos numa tarefa é consequência de uma prática discursiva privilegiada na escola que valoriza não apenas o saber, mas o “saber dizer” (1995, p. 27).

A autora ainda afirma que nem toda escrita é formal e planejada, assim como nem toda fala é informal e sem planejamento, por isso alguns autores têm visto a oralidade e a escrita como práticas que se complementam nas suas diferentes formas. É preciso atentar-se para o fato desse modelo atribuir o fracasso e a responsabilidade por ele ao indivíduo que pertence ao grupo mais pobre e marginalizado nas sociedades tecnológicas, sendo que o que foi concluído, mediante análises posteriores com analfabetos de todo o país, é que a realidade social em que os indivíduos estão inseridos é o maior entrave para a alfabetização e letramento, e não os problemas individuais dos sujeitos.

b) Modelo ideológico

O segundo modelo de letramento citado por Angela Kleiman (1995) é o ideológico que afirma, segundo a perspectiva de Street (1984, 1993), que as práticas do letramento de uma sociedade refletem aspectos culturais e também das estruturas de poder, ou seja, reafirma o que as pesquisas realizadas acerca do modelo autônomo concluíram quando dizem que a realidade social, a qual os indivíduos estão inseridos, é o maior entrave para a alfabetização e letramento.

Observa-se nesse modelo de letramento que em grupos sociais com maior escolaridade há, por exemplo, a contação de histórias que se diferencia através dos “padrões para extrair significado da escrita” (KLEIMAN, 1995, p.40), no qual esse momento é permeado por diálogos em que o adulto questiona sobre o livro, estabelecendo, portanto, um hábito em que a criança aprende a falar sobre o objeto em outros contextos e, ao ser inserida em ambiente escolar, essa criança já conhece essa rotina de diálogos que foi estabelecida informalmente no ambiente familiar, dando apenas continuidade.

Outros aspectos foram destacados nesse grupo social pela autora,

como a presença de livros e personagens de histórias desde os seis meses de idade como centro de atenção das crianças, o reconhecimento de perguntas sobre os mesmos, a reelaboração das perguntas pelo mediador a partir do momento que ele percebe que a criança já fala, o incentivo para a invenção e contação de histórias por parte das crianças, sempre tendo a leitura como uma forma de divertimento e um evento muito valorizado.

Já nos grupos sociais compostos por indivíduos de baixa escolarização, a autora destaca que apesar de as crianças possuírem um ambiente propício para o letramento, esse processo é mediado pelo adulto de forma diferente, em que, em um primeiro estágio, o adulto reconta de maneira simples as histórias com poucas informações sobre o sistema de escrita, sem uma ligação com o contexto real. No segundo estágio, o adulto mediador não incentiva a criança a falar quando ela demonstra essa necessidade, esperando apenas que ela ouça a história. No terceiro estágio, os únicos livros manuseados pela criança são os de exercícios, supervisionados pelos adultos, que por sua vez também encorajam e praticam com as crianças regras sobre o uso correto da escrita que consideram importantes para o sucesso escolar.

A conclusão que a autora chegou foi de que, no primeiro grupo, há uma extensão das práticas do letramento a outros contextos, o que não ocorre no segundo grupo. A diferenciação dessas práticas é notória a partir do 4º ano do Ensino Fundamental, quando se iniciam as perguntas implícitas ou contextuais, e apenas as crianças pertencentes aos grupos com escolaridade elevada participam. Portanto:

O processo de reprodução da classe social, que leva à desistência quando a obrigatoriedade de frequentar a escola já foi atingida, restabelece-se em mais um lugar, justamente naquele onde estariam atuando os agentes e os processos que poderiam mudar o destino: como seus pais, essas crianças não chegarão à universidade (KLEIMAN *apud* BOURDIEU; PASSERON, 1995, p. 44).

Mediante a pesquisa da autora, compreende-se que há um ciclo que se repete na sociedade quanto às formas de letramento que se inicia no primeiro agente transformador que é a família e, que sem a quebra desse ciclo, essas crianças abandonarão a escola assim que permitido perante a lei que as obriga, dando continuidade ao ciclo.

Compreendemos, diante dos modelos apresentados pela autora, que o ideal a ser seguido é o modelo de letramento ideológico, pois, assim como a autora Roxane Rojo (2009), observamos que ele está diretamente ligado ao contexto social no qual o indivíduo está inserido, em que o papel da escola é de não marginalizá-lo, mas buscar através desse contexto estender as práticas do letramento que se iniciam na família, nos primeiros meses de vida para os diversos contextos sociais cuja criança será inserida através da escolarização nos anos iniciais da Educação Infantil.

Rojo (2009) afirma que precisamos nos questionar quanto ao que significa trabalhar a leitura e a escrita para o mundo contemporâneo, sendo a escola agora capaz de oportunizar ao aluno a participação das várias práticas sociais que utilizam da leitura e da escrita de forma ética, crítica e democrática, havendo letramentos múltiplos que valorizam as culturas locais e os seus agentes, assim como também é preciso os letramentos multimodais (ampliando o letramento para as imagens, a música e outras formas de dar sentido que não seja somente a escrita) e também os letramentos críticos que permitem ao indivíduo fazer escolhas éticas quanto aos discursos que circulam na sociedade. Sobre essa pluralidade nas formas de letrar da atualidade e a forma como se alfabetizava anteriormente, a autora Marlene Carvalho (2005) faz uma crítica afirmando que:

Muita gente que não gosta de ler foi escolarizada exclusivamente com cartilhas e livros didáticos, sem ter sido convidada a folhear um jornal, a curtir um poema, a procurar uma informação num catálogo ou a relaxar com uma história em quadrinhos (CARVALHO, 2005, p. 14).

Essa prática voltada apenas para a aprendizagem da leitura e da escrita nas escolas não contribui para a formação de indivíduos letrados, pois é necessário desde os anos iniciais incluir no processo de ensino-aprendizagem a multimodalidade de textos existentes que circulam na vida social. O pedagogo precisa para tal de um novo olhar, de uma nova ética e de uma nova estética, que compreendem a ética baseada no diálogo, em novos intérpretes e através do letramento crítico, na aceitação dos gostos diferentes.

No que diz respeito às condições para o letramento e disponibilidade de material de leitura, devemos pensar o que seria necessário para criar essas condições, ou seja, quais seriam os gêneros adequados para o letramento na

Educação Infantil? E quais as modalidades que existem do mesmo? Quais as metodologias utilizadas em sala de aula?

3. Gêneros, modalidades e metodologias usadas para associar o letramento a leitura e a interpretação textual

Para abordarmos a questão dos gêneros, modalidades e metodologias do letramento, é necessário antes definirmos o que é cada um deles. Marcuschi (2002) em sua obra *Gêneros textuais: definição e funcionalidade* traz o significado de gênero textual:

[...] uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. [...] Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante (p. 23-24).

Quanto às modalidades do letramento, utilizamos atualmente o termo multimodalidades, ou seja, múltiplas linguagens, assim como afirma Roxane Rojo “textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar” (2012, p. 19). Essa multimodalidade é muito presente nos dias atuais e facilmente encontrada nos textos de circulação social, portanto, é necessário explorar esses textos desde a educação infantil, buscando a contextualização da aprendizagem.

Ainda segundo Rojo (2012, p. 21) a partir dessas novas modalidades os letramentos:

Tornam-se multiletramentos: são necessárias novas ferramentas – além das da escrita manual (papel, pena, lápis, caneta, giz e lousa) e impressa (tipografia, imprensa) – de áudio, vídeo, tratamento da imagem, edição e diagramação. São requeridas novas práticas: (a) De produção, nessas e em outras, cada vez mais novas, ferramentas; (b) De análise crítica como receptor.

O termo metodologia aqui abordado refere-se as formas de se ensinar o

letramento em sala de aula, ou seja, as técnicas utilizadas pelo professor no ambiente alfabetizador promovendo o letramento através dos diferentes gêneros e modalidades existentes, assim como afirma Manfredi, sobre a concepção de metodologia de ensino:

[...] um conjunto de princípios e/ou diretrizes acoplada a uma estratégia técnico-operacional, serviria como matriz geral, a partir da qual diferentes professores e/ou formadores podem produzir e criar ordenações diferenciadas (1993, p. 5).

Tendo definido os conceitos de gênero, modalidades e metodologias, podemos compreender quando e como cada um deles aparece nas situações mediadas pelo professor durante o processo de ensino-aprendizagem do aluno da Educação Infantil.

A BNCC (2018) afirma que a participação da criança desde o nascimento, em situações comunicativas cotidianas, é natural. E a curiosidade quanto à cultura escrita é inata. A autora Marlene Carvalho (2005) assegura que as crianças ao serem introduzidas no espaço escolar já viram muitas coisas escritas nos cartazes e placas de ruas, nos jornais, nas embalagens de alimentos e dos remédios, mas mesmo com acesso a tantas informações escritas, as experiências variam conforme o contexto social que vivem, assim como o sentido que a leitura e a escrita terão no futuro para cada uma delas, seja apenas para conseguir um emprego, orientar-se na cidade, ler e assinar documentos, ou também como forma de entretenimento e comunicação. Por esse motivo, é preciso associar o uso da leitura e da escrita na vida social, para seu uso imediato, e não somente para o futuro.

O professor tem papel fundamental nesse processo como mediador do objeto de conhecimento, partindo das noções prévias da criança e aproximando-a dos saberes (Vigotsky, 1996) através da intencionalidade educativa, respeitando as particularidades da etapa da Educação Infantil. Quanto a isso a BNCC (2018) *apud* Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009, Artigo 9º) afirma:

[...] os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens,

desenvolvimento e socialização.

Através das interações e brincadeiras mediadas no ambiente alfabetizador, a criança começa a perceber o mundo da escrita. Para Carvalho (2005, p. 14): Tornar as crianças atentas à presença de “coisas escritas” na vida cotidiana e fazê-las perceberem os vários usos sociais da escrita e da leitura faz parte do processo de letramento. Algumas formas de despertar o interesse pela leitura e escrita são citadas pela autora e, trazendo-as para o contexto da Educação Infantil, podemos compreender que contemplam os campos de experiências em que se organiza a BNCC (2018), tais como: “traço, sons, cores e formas”, que contemplam as multimodalidades do letramento através das diversas formas de expressão e linguagens, e “escuta, fala, pensamento e imaginação”, que tem como proposta promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, para constituir-se como sujeito singular.

A partir da proposta do campo de experiência “traço, sons, cores e formas”, ressaltamos que Carvalho (2005) enfatiza a importância da ampliação dos momentos de leitura, bem como a variação dos gêneros textuais lidos. Nestes momentos de leitura, o manuseio dos materiais escritos é o ponto de partida, pois a criança precisa tocar, folhear, olhar as imagens e as letras, sem que seja cobrado algo dela. É importante que esse seja um momento prazeroso dentro da rotina da criança: “De fato, quando a professora diz, com voz pausada, “era uma vez...”, é como se ligasse uma chave para penetrar num ilusório mundo de faz-de-conta” (idem, 2005, p. 23-24), havendo, portanto, uma ligação direta com o campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”, pois é através da contação de histórias e do momento mediado pelo professor após essa, denominado “roda de conversa”, que a criança pode expressar-se quanto ao que ouviu, imaginou e pensa.

A leitura, metodologia usada pelo professor, deve ser realizada em voz alta, e faz com que a criança compreenda tudo o que foi visto sem que ela soubesse ler, oportunizando momentos de reflexões e trocas. A história sai do papel e toma forma na oralidade e, nesse momento, é preciso que o professor utilize de algumas técnicas para o melhor aproveitamento do texto, como por exemplo, a leitura prévia para melhor apresentação aos alunos, realizar pausas e realçar o tom de voz em momentos específicos, não alterar as palavras para que

os alunos possam compreender a diferença da oralidade e da escrita, procurar fazer poucas interrupções (somente quando for preciso explicar o significado de alguma palavra que não ficou compreendida no sentido global do texto) e explorar as ilustrações.

É também papel do professor trazer para os alunos diferentes gêneros textuais, tais como as notícias de jornal, as cartas, os cartões-postais, os documentos, os anúncios e textos multimodais, ou seja, com diversidade de linguagens em um único material (áudio, vídeo, imagem, entre outros), que circulam no meio em que vivem, não só para identificação, mas também para entender porque são escritos e, mais tarde, escrevê-los ou criá-los. Esses gêneros, assim como todo texto lido para crianças, devem ser adequados para a idade em que se encontram, como por exemplo, a leitura de um jornal com uma notícia que foi amplamente veiculada na televisão e rádio, pois independente da idade as crianças atualmente conhecem o mundo dos adultos e gostam de comentar sobre os assuntos atuais, tornando-se interessantes para elas.

Trazer o texto a ser lido de forma ampliada e com letra bastão³ para uma melhor compreensão também é uma metodologia utilizada, podendo ser empregada em diferentes gêneros, como notícia de jornal ou uma receita, o professor poderá ainda fazer uma abordagem completa tendo o título como ponto de partida para levantar questionamentos e inferências ao texto antes mesmo da sua leitura, pois: “É preciso deixar que os alunos manifestem suas ideias e criem suas hipóteses, ainda que ajudados pelo professor” (CARVALHO, 2005, p. 27). É necessário deixar as crianças refletirem sobre a escrita para criar as suas significações e produzir a sua cultura sobre o mundo letrado. Essas práticas são feitas durante a roda de conversa, momento em que, após a leitura realizada em voz alta pelo professor, há uma troca entre os participantes de impressões e ideias, a partir de reflexões advindas do conhecimento do mundo da própria criança.

Sendo a brincadeira um dos eixos estruturantes das práticas na Educação Infantil, é também através delas que a criança começa a ter afetividade pela leitura e escrita. Um desafio proposto durante um passeio na escola pedindo

³ Letra bastão: é um tipo de letra que contém elementos da letra cursiva e da letra de imprensa. É uma espécie de letra de imprensa simplificada, mais fácil de produzir que a letra cursiva, por isso recomendada para os que iniciam a alfabetização. Para mais Cf. CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. São Paulo: Ática, 2005, p. 88

que elas tentem adivinhar o que está escrito em diversos lugares demonstrará que o aluno que não lê e escreve convencionalmente é capaz de inferir o que está escrito. A observação da escrita fora da escola também pode ser um meio de incentivo ao aluno que está em processo de letramento, desafiando-o a trazer no dia seguinte informações sobre algo que “leu”, como por exemplo, onde estava escrito, como estava escrito, o que será que tentava informar, entre outras perguntas. Através dessa atividade, os alunos serão capazes de pensar sobre os diferentes usos da escrita.

Os momentos de escrita, ainda que não convencional, devem ser incentivados através da produção de bilhetes e cartas para os pais, convites, murais e cartazes. Esses são alguns tipos de escritos, com estruturas diferentes, que podem ser usados. O educador serve de escriba nesses e em muitos outros momentos do processo de alfabetização e letramento, pois ao ouvir as ideias dos alunos, comenta, incentiva e ressalta, quando necessário, a diferença que há entre o que falamos e o que escrevemos, e dessa forma se faz a transição entre a oralidade e a escrita, processo que acontece de forma natural e que também é o último a acontecer na alfabetização, sendo ampliado e aprimorado nos anos seguintes do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo desenvolvido toda pesquisa, desde a necessidade de se criar uma nova palavra, os estudos que envolvem o fenômeno do letramento, até a sua implementação em sala de aula através dos gêneros, das modalidades e das metodologias utilizadas, sempre tendo a criança como o centro no processo de ensino aprendizagem, respeitando os seus princípios para tal, foi possível constatar a importância do ambiente alfabetizador aliado às práticas de letramento ainda na etapa da Educação Infantil.

Através desse trabalho, compreendemos o contexto em que surgiu a palavra letramento, o seu conceito e contextualização no cenário nacional, de fundamental importância para se compreender o ponto de partida desse fenômeno, o ponto no qual estamos atualmente e o ponto no qual pretendemos chegar enquanto educadores que buscam o desenvolvimento integral dos indivíduos.

O conhecimento dos modelos de letramento nos possibilitou observar as duas vertentes existentes quanto ao sucesso e o fracasso do letramento dos indivíduos, podendo concluir que o modelo ideológico é o que se adequa ao sentido da palavra letramento, não havendo insucesso pelos fatores individuais dos sujeitos, mas sim pelo contexto social no qual está inserido.

A definição dos conceitos de gênero, modalidades e metodologias nos permitiram reconhecer as práticas que vêm sendo adotadas em sala de aula nesse processo de ensino-aprendizagem, que associadas ao letramento, tornam-se mais interessantes para os alunos e produtivas.

As crianças de Educação Infantil estão em constante aprendizagem e, ao serem inseridas nesse ambiente estimulador, demonstram que antes mesmo de adquirirem a técnica da leitura e da escrita, o fazem através das leituras das imagens, imitando a técnica da leitura que conheceram. Ou quando também identificam o nome do colega através da foto, cantam músicas trabalhadas em sala associadas às histórias que foram contadas, entre outros.

Através desse letramento há um potencial aumento no vocabulário das crianças, visto que têm contato com variedade de textos, assim como também há uma melhor estruturação das frases que são faladas por elas, tornando-se mais elaboradas, apropriando-se do que ouvem, seja através dos textos ou até mesmo das trocas realizadas nos momentos de conversa sobre esses.

É importante ressaltar a importância da família nesse processo, pois essa, juntamente com a escola, proporciona o ambiente letrado no espaço familiar, propicia momentos de letramento e valoriza-os.

O objetivo do letramento é contribuir para a formação de indivíduos que, além de serem capazes de ler e escrever, possam também compreender e refletir sobre o que leram e assim, agir no seu contexto social através das práticas do cotidiano. Assim como afirma Carvalho: “Formar crianças, jovens e adultos letrados é dar-lhes instrumentos para obter informações, atualizar-se, lutar por um emprego, [...] e ainda viver as emoções e aventuras narradas pelos autores de obras literárias” (2005, p. 18). E dessa maneira formaremos indivíduos com base na cidadania e na criticidade para se atuar e modificar o meio em que vive.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria

de Educação Básica, 2018.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol.1. Brasília: MEC\SEF, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**, 5ª ed. - São Paulo: Ática, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. Metodologia do ensino: diferentes concepções (versão preliminar), 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1974332/mod_resource/content/1/METODOLOGIA-DO-ENSINO-diferentes-concep%C3%A7%C3%B5es.pdf – Acesso em 19 de abril de 2019.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.